

FERNANDO CESAR BARROS DA GAMA  

ARTÍCULO ORIGINAL

Contribuição dos imigrantes não-ibéricos para a vitivinicultura da Região Sul do Brasil: caso dos alemães

Recepción: 13 de agosto de 2023 ▶ **Evaluación:** 27 de octubre de 2023 ▶ **Acceptado:** 12 de marzo de 2024

Sugestão de citação. Barros da Gama, F. (2024). Contribuição dos imigrantes não-ibéricos para a vitivinicultura da Região Sul do Brasil: caso dos alemães. *Perspectiva Geográfica*, 29(3), 1-22. <https://doi.org/10.19053/uptc.01233769.16367>

Resumo. O objetivo do presente artigo é analisar, reconhecer e resgatar o papel dos imigrantes europeus, com destaque para os alemães e italianos, no desenvolvimento da vitivinicultura brasileira, notadamente da Região Sul, reescrevendo sua narrativa histórica. Para alcançar essa proposta, optou-se, em primeiro lugar, por fazer uma análise histórica da presença dos germânicos, ressaltando aqueles que se dedicaram a essa atividade agroindustrial, localizando, geograficamente, as primeiras colônias e sua produção. Como metodologia foi analisado um referencial bibliográfico de literatura especializada, mapas, registros e pesquisas temáticas. Os alemães não empregaram mão de obra dos escravizados. Apesar de não terem continuidade e obtido o mesmo êxito dos italianos, verificou-se que, no Rio Grande do Sul, os germânicos implementaram a vitivinicultura desde o início de sua colonização, dando suporte e sendo solidários com os imigrantes italianos que chegaram ao Brasil, cinquenta anos depois, fornecendo-lhes o apoio logístico, ferramentas, pousada e mudas de diversas cepas. A imigração italiana foi o principal vetor da difusão e modernização da vitivinicultura brasileira, criando a única região consolidada: Serra Gaúcha. No entanto, o atual nível elevado de qualidade da produção de vinhos que alcançamos tem seus precedentes e precursores que precisam ser resgatados e valorizados. Em segundo lugar, buscou-se fazer um levantamento das regiões vitivinicultoras tradicionais e as modernas de Santa Catarina, que receberam esses imigrantes, respectivamente, a IP Litoral Sul e a IP Planalto Catarinense. Com o processo de globalização é importante enfrentar os concorrentes, lutando pela criação de selos de Indicação Geográfica locais como estratégia de competitividade.

Palavras-Chave: *imigração alemã; imigração italiana; indicação geográfica; região sul do Brasil; terroir; vitivinicultura.*

1 Universidade Candido Mendes – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/ Université de Bourgogne, França. Mestrado em Vinho e Cultura. Rua da Assembleia, 10 - sala 616, Campus Centro Rio de Janeiro RJ. Brasil. fgama.geo@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-9073-7684>

Non-Iberian immigrant contribution to the viticulture and wine production in the South Region of Brazil: case of the Germans

Abstract. The purpose of this study was to analyse, recognize and rescue the role of European immigrants, focusing on German and Italian citizens, in the development of Brazilian viticulture and wine production, in South Region, rewriting the historical narrative. To reach this goal preliminarily, an analysis of German immigration process was made, focusing on those who expanded this agroindustry activity, geolocating the first colonial productive areas. As methodology were analysed a specialized literature bibliography, maps and records of historical research. German settlers didn't employed slave labour. Despite not having continued and not obtained the same progress as Italian immigrants, was verified that, on the state of Rio Grande do Sul, German had implemented vineyards and wineries since the beginning of their colonization, sponsoring and helping the Italian immigrants who arrived, in Brazil, fifty years later, that was fundamental to the development of this beginning agroindustry activity. They provided logistic support, tools, stay and grapes seedings. Italian immigration was the main vector of Brazilian winemaking diffusion modernization, building the only merged wine-growing region: Serra Gaúcha. However, the current level of the wine quality that Brazil had reached, presents their precedents and precursors that must be rescued. In second place, data survey of the traditional and modern wine production areas in the state of Santa Catarina that received these immigrants was researched, that is, IPs South Coast and Santa Catarina Plateau were highlighted. Under the globalization process it is important to face competitors, fighting for implementing local Geographic Indication as competitiveness strategy.

Keywords: *geographic indication; German immigration; Italian immigration; south region of Brazil; terroir; viticulture/wine production*

Contribución de los inmigrantes no-ibéricos para la vitivinicultura de la Región Sur de Brasil: caso de los alemanes

Resumen. El objetivo de este trabajo es analizar, reconocer y rescatar el papel de los inmigrantes europeos con énfasis para los alemanes e italianos para el desarrollo de la vitivinicultura brasileña, especialmente de la Región Sul, describiendo su narrativa histórica. Para alcanzar esa propuesta, buscamos, en primer lugar, por hacer un análisis histórico de la presencia de los germánicos, con destaque para aquellos que dedicaran a esa actividad agroindustrial, ubicando, geográficamente, las primeras colonias y su producción. Como metodología fue analizado un referencial bibliográfico de la literatura especializada, mapas, documentos y pesquisas históricas. Los alemanes no utilizaron mano de obra de esclavizados. Aunque de no tener continuidad y obtener igual éxito de los italianos, verificamos que, en Rio Grande do Sul, los germánicos implementaron la vitivinicultura desde el comienzo de su colonización, dándoles soporte y teniendo solidaridad con los inmigrantes italianos que llegaron al Brasil, cincuenta años después. La inmigración italiana fue el principal vector de la difusión y modernización de la vitivinicultura brasileña, formando una única región consolidada: Se-

rra Gaúcha. Sin embargo, el actual nivel elevado de calidad de la producción vinícola que alcanzamos tiene sus precedentes y precursores que necesitan ser rescatados y valorizados. En según lugar, buscamos hacer un levantamiento de las regiones vitivinícolas tradicionales y las modernas de Santa Catarina, que recibieron estos inmigrantes. Así, respectivamente, la IP Litoral Sul y IP Planalto Catarinense. Bajo el proceso de globalización es importante enfrentar los competidores, luchando por la creación de sellos de Indicación Geográfica como estrategia de competitividad.

Palabras Claves: *indicación geográfica; inmigración alemana; inmigración italiana; región sur de Brasil; terroir; vitivinicultura.*

Introdução

Antes da imigração dos alemães e italianos no século XIX para o Brasil, cabe ressaltar, historicamente, que a maior contribuição para a vitivinicultura foi de origem lusa até sua proibição pelo Tratado de Methuen de 1703, conhecido igualmente como Tratado dos Panos e Vinhos, assinado entre Portugal e Inglaterra. O Brasil, enquanto colônia, sofreu suas consequências (Sodré, 1957).

A viticultura foi introduzida no Brasil pelo português Brás Cubas, logo em seguida ao descobrimento. Assim, a vila insular de São Vicente, em São Paulo, iniciou o cultivo em 1532, contudo não obteve êxito, dada as condições ambientais desfavoráveis do clima tropical úmido, com elevada precipitação pluviométrica e a um tsunami que invadiu a ilha em 1542, obrigando a transferência do sítio da vila. Resiliente, Brás Cubas optou por subir a serra para implantar novo vinhedo próximo a Tatuapé (760m), hoje na capital paulista, onde obteve algum sucesso, porém apenas vinte anos depois (Mello, 2004). Na mesma época, a Capitania de Itamaracá, em Pernambuco, foi precursora na produção do vinho. Pombo (1959) afirma que, quanto às dúvidas concernentes à exata origem da viticultura de Itamaracá, nos parece a tese mais condizente com a verdade histórica, tomá-la como descendente direta da viticultura lusitana por iniciativa de João Gonçalo em 1542, que fomentou a lavoura, importou mudas e sementes, fundou engenhos, iniciou o cultivo da cana, da vinha, do tabaco e do algodão. Assim, é preciso mudar o foco da abordagem, saindo da individual e entrando para a coletiva, ou seja, descartando a eleição de um único homem em favor da imigração de colonos portugueses para a Capitania de Pernambuco, oriundos, em parte, da Ilha da Madeira, com forte tradição vitivinícola. São Vicente e Pernambuco eram as duas Capitânicas Hereditárias Brasileiras mais ricas e exitosas economicamente. É inegável reconhecer o hábito dos portugueses beberem vinho nas refeições e seu uso no ritual das missas. Importante destacar que a mão de obra dos escravizados era em-

pregada nas atividades agrícolas desde 1539, assim, a viticultura não constituiu exceção.

O presente artigo tem como hipótese investigar até que ponto os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes desempenharam, historicamente, papel-chave como agentes que construíram e desenvolveram a moderna vitivinicultura brasileira. Nesse contexto, o objetivo central é identificar, analisar e reconhecer o importante papel desses imigrantes europeus, destacando os germânicos, na produção vitivinícola brasileira e dando ênfase para Região Sul. Para atingir essa proposta, foi realizado um levantamento histórico da participação dos imigrantes supracitados no processo de evolução da atividade vitivinícola nacional. A opção pelos alemães e italianos se justifica porque são os únicos imigrantes europeus não-ibéricos que introduziram e expandiram a vitivinicultura no Brasil. Além disso, no processo de desenvolvimento dessa atividade agroindustrial, eles se encontram imbricados, havendo uma conexão histórica de interdependência entre esses atores produtivos.

Optou-se por dividir essa temática em duas fases. Na primeira, na análise histórica da presença dos imigrantes dos alemães e italianos e sua associação com a produção vitivinícola no Rio Grande do Sul e na segunda, o atual cenário da vitivinicultura de Santa Catarina, desde as áreas tradicionais do Vale do Tijucas, do Litoral Sul até o recém desenvolvimento no Planalto Catarinense em São Joaquim, Caçador e Campos Novos.

Em termos nacionais, a produção vitícola ocupou o décimo sétimo lugar na atividade agrícola do Brasil em 2021, segundo o valor (mil reais), superando o de cebola, maçã, fumo, mamão e cacau em amplitude entre outros (IBGE, 2022). O Rio Grande do Sul responde por 90% da produção de vinhos finos. A diáspora gaúcha através do empreendedorismo dos descendentes de alemães e, principalmente, italianos, com recursos humanos e emprego de capital privado, colaborou para esse êxito e consequente expansão vitivinícola.

A partir do crescimento e expansão desses espaços produtivos, é possível oferecer subsídios para uma gestão e desenvolvimento do território, utilizando as experiências e modelos exitosos construídos por esses imigrantes e seus descendentes, identificando as atuais regiões central, secundárias e novas áreas atomizadas ou dispersas de produção, que se poderão transformar ou evoluir para futuras regiões consolidadas na produção vitivinícola, atraindo novos empreendedores e desenvolvendo atividades correlatas como o enoturismo no setor de serviços e das indústrias que fornecerem insumos para a produção, como no caso do Vale Submédio do São Francisco.

Material e Métodos

Os métodos aqui empregados, largamente utilizados nas interfaces entre os campos dos conhecimentos da Enologia, História, Economia e Geografia, correspondem à utilização de referenciais ou aportes teóricos e metodológicos inerentes a Ciências Humanas e Sociais. Assim, optou-se por analisar um vasto referencial bibliográfico de literatura especializada. Os dados econômicos do agronegócio foram extraídos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em páginas disponíveis *online* que constituíram dados relevantes para a pesquisa.

Na presente metodologia, levaram-se em conta também a revisão e importância dos conceitos de *terroir* e de Indicação Geográfica dentro processo de valorização econômica da produção vitivinícola.

Buscou-se investigar e resgatar a relevância do papel dos italianos e germânicos, dentre os imigrantes europeus, na vitivinicultura brasileira, notadamente na Região Sul. Constatou-se que o estado da arte registra déficit de pesquisas sobre os alemães. Em contrapartida, os trabalhos que atestam a importância da presença dos imigrantes italianos são mais frequentes, havendo uma maior variedade de documentos, registros, bibliografia, relatos, fotografias dentre outros. Assim, a escolha do recorte daquela imigração obje-

tivou o resgate do trabalho de outros agentes produtivos, como a contribuição da mão de obra dos alemães através de pesquisas documentais disponíveis.

É importante destacar que os materiais utilizados nesta pesquisa correspondem, como é comum nas Ciências Humanas e Sociais, à bibliografia referida ao final deste artigo e, sendo uma pesquisa de cunho teórico e empírico, se soma ao conjunto de estudos e pesquisas consistentes que desenvolvemos, aprofundamos e divulgamos, em publicações no mundo acadêmico.

Resultados e Discussão

Os primeiros imigrantes alemães ao Brasil data de 1818, se concentrando no sul da Bahia. A partir de 1824, o Rio Grande do Sul passou a receber a maior parte dos imigrantes alemães entrados no Brasil. Havia preocupação do Império brasileiro sobre a manutenção do vasto domínio territorial português, motivado pelo desejo de povoar o sul do país, além de interesses nas terras férteis da bacia do Prata, garantindo, assim, a posse definitiva do território cobiçado pelos vizinhos hispânicos.

Para atrair e convencer os alemães a migrarem para o Brasil, o governo ofereceu algumas vantagens, tais como, um lote de terra de 77 hectares com bois, vacas, porcos e galinhas, a isenção temporária dos impostos e ferramentas de trabalho. Contudo, apesar das promessas, apenas os hectares de terra foram doados.

Esses imigrantes fundaram as cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo (RS), que, depois das Missões Jesuítas e dos portugueses açorianos e madeirenses, também implementaram a vitivinicultura no Rio Grande do Sul, porém não obtiveram o mesmo sucesso dos italianos. Até mesmo a proximidade geográfica do mercado consumidor da capital Porto Alegre não foi suficiente para dinamizar essa atividade local.

Quanto à imigração alemã em Santa Catarina, o seu registro inicial se deu com a chegada dos primei-

ros colonos à região em 1828, originários da região de Hunsrück, na Renânia, sudoeste alemão (Figura 1). Eles se localizaram em São Pedro de Alcântara, fundando a primeira colônia de imigrantes germânicos em território catarinense e a segunda da Região Sul do Brasil. Posteriormente, em 1858, migraram para Angelina, oriundos da colônias vizinhas de Sacramento - Santa Isabel e São Pedro de Alcântara.

No Rio Grande do Sul, o fluxo de imigrantes alemães foi contínuo entre os anos de 1824 e 1847, totalizando, nesse período, mais de 8.176 recém-chegados, (Mauch, 1994) (Figura 2). Eles não representavam

apenas colonos de trabalhadores agricultores, mas também constituíam mão de obra qualificada, que adquiriram sua especialização durante a Revolução Industrial da Europa, ou seja, ferreiros, carpinteiros, marceneiros, tecelões dentre outros. Acrescente-se a isso a presença de médicos e professores.

Junto aos alemães, os italianos constituem os personagens de um projeto de colonização de povoamento, bem nos moldes da política de imigração dos Estados Unidos denominada *Homestead Act* - Lei de Doação de Terras de 1862. Tipo de colonização de assentamento desenvolvida nos EUA, que atraiu milhões de imigrantes europeus em busca do sonho de fazer a América (Figura 3).



FIGURA 1. Navio de ligação entre o Sul do Brasil e a Alemanha - sem data

FONTE: Schwarz (2019).

Tradução: *Brasil, Argentina - Para o Sul do Brasil - Santa Catarina etc.*

Uma pátria, ou um lar, para colonos alemães, clima saudável - condições favoráveis para a compra de propriedades. Empresa e Administração alemães.



FIGURA 2. Chegada dos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul. A autoria de Ernst Zeuner
FONTE: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.



FIGURA 3. Navio de ligação entre a Itália e o Brasil - sem data.

FONTE: Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

Tradução: Na América, Terras no Brasil para os italianos.

Navios em partida todas as semanas do Porto de Gênova.

Venham construir os seus sonhos com a família.

Um país de oportunidade. Clima tropical e vida em abundância. Riquezas minerais.

No Brasil, vocês poderão ter o seu castelo. O governo dá terras e utensílios a todos.

Acompanhados de suas respectivas famílias, os alemães desenvolveram a economia dos vales dos rios, enquanto os italianos receberam as terras menos nobres, ou seja, as regiões montanhosas, em que as condições materiais eram precárias, estando seus lotes em áreas de difícil acesso. Ao contrário dos alemães que construíam escolas, os italianos se mobilizavam, preferencialmente, para construir igrejas, centro de reunião e convergência da comunidade, onde também poderia ser multifuncional, abrigando uma escola. As primeiras aulas no início da colonização aconteceram devido ao interesse e à preocupação dos imigrantes alemães que não queriam de forma alguma que seus filhos fossem analfabetos. A escola em Matador, localizada no estado de Santa Catarina, possuía três séries, onde meninos e meninas estudavam juntos, ainda que com idades e níveis de conhecimento diferentes e com um único professor (Blogoslawski, 2000).

No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os imigrantes europeus trabalharam seus lotes de terra com uma agricultura de subsistência/comercial, desenvolvendo ainda atividades industriais, como o exemplo do setor vitivinícola do país.

Nos primeiros cinquenta anos de imigração germânica, foram introduzidos entre 20 e 28 mil alemães no Rio Grande do Sul. Eles ocuparam, principalmente, as regiões dos vales dos rios, tais como o Vale dos Sinos, do Taquari, do Rio Pardo e do Jacuí (Gama,

2021). Em Santa Catarina, quanto à topografia, a distribuição geográfica desses imigrantes europeus, de maneira geral, repetiu a do território gaúcho. Assim, os imigrantes italianos ocupam as serras – Videira, Tangará, Água doce e Treze Tílias, enquanto os alemães se concentram nos vales, como o do Tijucas e o do Itajaí, fundando nesse último as atuais cidades de Blumenau, Brusque, Pomerode, Ibirama e, fora do vale, as cidades de Joinville, São Martinho e Itapiranga. Apesar da presença de alemães, a vitivinicultura no Vale do Rio Tijucas está relacionada à posterior colonização italiana, onde se cultivam, atualmente, as cepas *Vitis vinifera* europeias Chardonnay, Cabernet Sauvignon, Sangiovese e Nebbiolo, dentre outras. O vale encontra-se deslocado das principais regiões produtivas do estado. EMNOVA Trento, foram fundadas as vinícolas Neotrinta e Girola. em Rodeio, nas últimas décadas, foi criada a vinícola San Michele, no Vale do Itajaí.

No caso do Rio Grande do Sul, os italianos após se fixarem na região serrana, desenvolveram, posteriormente, a vitivinicultura em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, dentre outras colônias. A exceção fica por conta de algumas famílias italianas que vão estabelecer-se no litoral sul do estado de Santa Catarina, onde introduziram a uva Goethe, principalmente, em Urussanga e Criciúma. Essa uva híbrida tem origem em 1850, nos EUA (Figura 4).



FIGURA 4. Uva Goethe - Homenagem ao escritor alemão Johann Wolfgang Von Goethe

FONTE: Gama (2021).

Embora conhecedores e consumidores de vinhos, os germânicos são, na sua maioria, luteranos, e não têm, no vinho, parte de seu ritual religioso, porém Johann Daniel Rockenbach era de família católica e sua contribuição merece destaque. Rockenbach vivia em São José do Hortêncio e chegou ao Brasil com os pioneiros da imigração alemã. Dominando a técnica da vitivinicultura e professando o catolicismo, viu uma oportunidade econômica de produzir vinhos para o ritual das missas das igrejas católicas da região e de outros consumidores locais. Os descendentes da família Rockenbach realizam encontros periódicos. Em 1999, houve o primeiro encontro da referida família, em São José do Hortêncio (RS) do qual o seu bisneto Rockenbach (2013) relatou que ele e alguns de seus irmãos compareceram. Visitamos a casa onde morava o meu bisavô. Mostraram-nos uma escada que levava ao sótão. Quando as pipas estavam cheias de vinho, elas eram roladas escada acima para serem guardadas no sótão.

Na Alemanha, a vitivinicultura também é uma atividade tradicional tal qual na Itália, porém com uvas e *terroirs* locais. Nesse contexto e na dinâmica do espaço geográfico, torna-se relevante entender o conceito de *terroir*. A palavra *terroir* data de 1229, sendo uma modificação linguística de formas antigas (*teiroir*, *tio-roer*), com origem no latim popular *territorium*, *terroir* designa uma extensão limitada de terra considerada do ponto de vista de suas aptidões agrícolas (Robert, 2018). Não existe uma tradução precisa para a palavra *terroir* em francês, sendo que terreno é talvez aquele que mais se aproxime de seu significado original, mas ainda assim é uma tradução muito simplificada, incompleta e desconsiderando a ação humana e, conseqüentemente, isento de conotação subjetiva ou simbólica. Pode-se afirmar que toda a base física do *terroir* já nasce determinada, uma vez que sempre apresentará características ambientais próprias e, por isso, únicas. Assim, ele pode ser definido como um conceito físico e cultural dentro da produção vitícola, que se torna historicamente tradicional, sendo reconhecida socialmente.

Dessa forma, não se podem dissociar os aspectos ambientais ou físicos daqueles inerentes ao humano e à sociedade local em que está inserido: tradição, cultura, técnica, relação íntima e intensa entre homem/natureza, tipo de casta, modelo produtivo empregado, as relações de trabalho, a afetividade, a dedicação de um artista, que deseja ver, como resultado, o nascimento de toda a sua arte representada pelo vinho. Os componentes simbólicos, que são subjetivos, acabam por serem incorporados ao solo, como se fosse uma esponja, que os absorve, embebendo-se de tradição. O *terroir* seria um conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelos humanos, criando uma identidade singular entre homem/lugar. Ele também é uma construção histórica, artística, cultural, tornando-se um lugar impregnado de tradição (Gama, 2021). Daí a importância do tombamento de paisagens vitivinícolas europeias pela Unesco. Santos (2020), define paisagem como o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.

A partir da introdução da Chancela de Paisagens Culturais como Patrimônio Mundial, proposta em 1992, três regiões foram inicialmente reconhecidas como Paisagens Culturais Vitícolas, são elas: Saint-Émilion, na França, Alto Douro, em Portugal e Tokaj, na Hungria. A última chancela de Paisagem Cultural foi atribuída pela Unesco às Colinas do Prosecco de Conegliano e Valdobbiadene, em 2019. Trata-se de uma paisagem vitícola situada no nordeste da Itália, compreendendo uma parte da zona de Denominação de Origem Prosecco (Bellé et al., 2021).

O *terroir*, através dos vinhos, se opõe a tudo o que é uniformização, padronização, estandardização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original, ao típico, ao que tem caráter distintivo e ao que é característico (Gama, 2014). Seu conceito também nos revela a verdade sobre o vinho, despertando em nós o maior respeito pelo mundo natural que é fundamental para o nosso bem-estar. A mais prazero-

sa satisfação degusta-se quando o vinho revela o seu caráter, gole a gole, falando-nos de sua origem e suas tradições. Os melhores vinhos sempre revelam com orgulho de onde vêm” (Rosenthal, 2009).

Além de Rockenbach, o casal Sebastião Ruschel e Maria Mayer, oriundos da região vitivinícola de Mosela, também produziram vinhos na localidade de Feliz (RS). Jacob Ruschel, filho de Sebastião, forneceu bachelos que deram origem aos primeiros vinhedos da colônia italiana localizada na Serra Gaúcha. Quando se deu o início da colonização dos altos da Serra Gaúcha, pelos italianos recém-chegados, a partir de 1875, entre tantos, era o armazém de Jacob Ruschel um ponto de parada dos novos imigrantes, que ali se supriam de suas necessidades básicas (Pizzol & Souza, 2014).

É importante registrar que, em 1825, D. Pedro I enviou oficialmente o técnico italiano João Batista Orsi, com o objetivo de promover a atividade vitivinícola dos imigrantes portugueses, trazendo novos bachelos de cepas *Vitis vinifera* a serem cultivados. Os alemães, posteriormente, se valeram desses conhecimentos na prática da vitivinicultura.

Em 1839, é introduzida no Brasil, através do porto de Rio Grande, a uva Isabel, da espécie *Vitis labrusca* - uva selvagem pouco adequada à produção de vinhos, produzindo caldos rústicos e mais álcool metílico. Essa cepa, sendo de origem norte-americana, é própria para fazer vinhos mais rudes. A uva Isabel vai-se expandir rapidamente, desbancando as *Vitis vinifera*, que, sendo de origem europeia, eram próprias para fazer vinhos finos. Isso contribuiu para que São Leopoldo, cidade colonizada pelos alemães, se firmasse como exportadora de vinhos entre 1872 e 1881. Uma vez que se constatou que a família Ruschel forneceu mudas dessa cepa para os italianos, ela pode ser considerada incentivadora e patrocinadora da viticultura da área serrana de colonização italiana.

O cultivo de uva no Brasil era feito por pequenos fazendeiros, especialmente na região úmida e

montanhosa da Serra Gaúcha, uma área do estado do Rio Grande do Sul, em que a pluviosidade é extrema e alta, com média de 1.750 mm ao longo do ano, e os solos têm drenagem difícil. Por essa razão, uvas *Vitis labrusca*, como a Isabel, acabaram sendo a escolha da região, por serem mais resistentes aos fungos e demorarem mais para apodrecer, sendo usadas em 85% de todos os vinhedos brasileiros (Johnson & Robinson, 2014).

Dessa forma, é importante registrar a solidariedade entre esses imigrantes europeus que, desde o início, enfrentaram grandes dificuldades de diversas ordens. Dominando e conhecendo, fisicamente, o novo território, os alemães já estavam na segunda ou mesmo terceira gerações à época da chegada dos primeiros imigrantes italianos.

Os colonos alemães, especialmente aqueles estabelecidos nos limites dos municípios de São Leopoldo e São Sebastião do Caí, próximo de Nova Petrópolis, tanto nos seus lotes coloniais, como em suas casas comerciais, cumpriram a tarefa especial e voluntária de apoiar os italianos que vieram depois, fornecendo-lhes víveres e mercadorias de toda sorte, além de pousada e outras facilidades (Pizzol & Souza, 2014).

Após esse fluxo de imigrantes ter cessado por forte críticas e queixas que chegavam à Prússia, em 1859, aprovou-se formalmente um documento oficial denominado Rescrito de Heydt, no qual se cobravam do Império brasileiro explicações pelos maus-tratos de seus cidadãos e o não cumprimento das promessas prestabelecidas (Arbex & Olic, 1997).

Apesar de os imigrantes alemães terem trazido o aprendizado da vitivinicultura, mantendo o hábito do consumo do vinho no Brasil, esta atividade, todavia, não prosperou como as das comunidades italianas que chegaram ao Rio Grande do Sul no último quarto do século XIX. Isso se deve, principalmente, ao clima impróprio das terras baixas dos vales onde estavam instalados. Acrescente-se a isso que, enquanto a vitivinicultura alemã estava limitada a raros produtores,

os italianos da Serra Gaúcha e adjacências eram em maior número e de diversas colônias, formando, geograficamente, uma rede de produtores/consumidores católicos, através de um grupo variado de vitivinicultores disseminados pela serra (Figura 5). Eles criaram

as primeiras cooperativas de produtores vitícolas e o primeiro sindicato da categoria no Brasil, passos fundamentais que organizaram e deram força à classe trabalhadora, aumentando seu poder de barganha junto ao Estado.

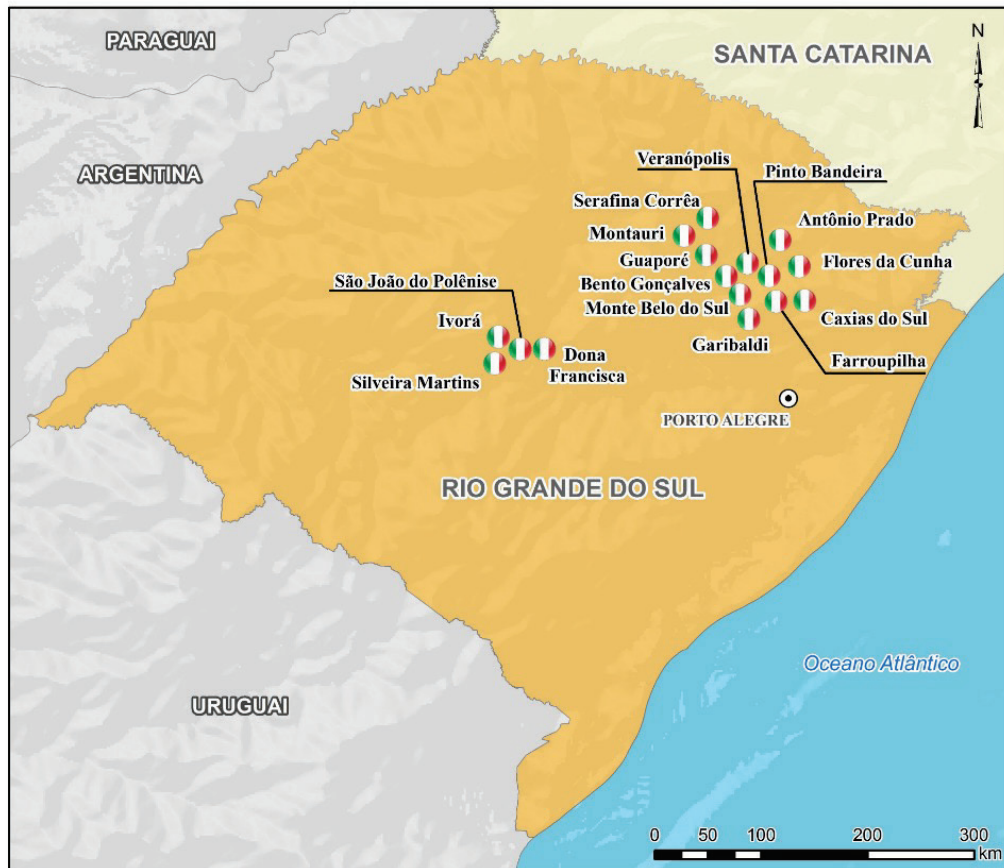


FIGURA 5. Principais colônias italianas no Rio Grande do Sul.

FONTE: elaboração própria. 20 de junho de 2023.

O descendente de Adão Rockenbach manteve a tradição da vitivinicultura. Durante sua vida, ele mantinha um passatempo de sua preferência, qual seja, cultivar uvas *Vitis vinifera* e a fabricação artesanal de vinhos finos. Nesta atividade, herdada dos seus ascendentes, participou frequentemente de concursos estaduais e nacionais de vinhos em feiras e exposições. Destas participações, os seus descendentes guardam, ainda hoje, diplomas e troféus conquistados, pois ele possuía uma rara habilidade de conferir altos padrões a esta bebida. Exemplo disso é a medalha conquistada, em 1901, num Concurso Nacional de Vinhos Brancos em Porto Alegre.

A colonização alemã amplia o número de consumidores de vinhos. A vitivinicultura foi praticada na Região de São Leopoldo e, em seguida, se expandiu para Montenegro, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz e outras cidades próximas.

A estrada que ligava Porto Alegre a São Leopoldo era a via que os italianos se valeram para alcançar a Serra Gaúcha, estabelecendo o cultivo da uva rústica Isabel com a colaboração dos alemães. Torna-se importante ressaltar que não há registros de que os primeiros imigrantes italianos trouxeram bacelos de vinhas (Pizzol & Souza, 2014).

Isolados, os germânicos, de maneira geral, encontraram mais dificuldades de serem assimilados culturalmente, podendo criar quistos raciais. Ser Deutscher, na concepção desses colonos, é ser de origem alemã, quando se contrastam aos luso-brasileiros ou aos ítalo-brasileiros, em relação aos quais se consideram superiores quanto à ética de trabalho, mas é ser também rural, simples, ingênuo e pouco familiarizado (Woortmann, 2000). Assim, o Império muda o foco da imigração para a Itália, país recém unificado em 1871, com grande pressão demográfica, fome, desemprego e uma estrutura fundiária caracterizada pela forte concentração de terras nas mãos da nobreza, Igreja e comerciantes.

Vale ressaltar que o Brasil vivia a crise do modelo de produção escravocrata, havendo também uma política oficial de branqueamento da população brasileira. O fato favorecia os italianos por serem latinos, com facilidade para estabelecer uma comunicação verbal, sendo também católicos, como os portugueses, tendo no vinho um produto presente no seu hábito religioso e de consumo incomparavelmente mais significativo do que os germânicos, implantando assim uma incipiente agroindústria vitivinícola, através de uma estrutura laboral familiar. Os vinhos de mesa e os utilizados pela Igreja, foram o embrião da principal região produtora do Brasil: a Serra Gaúcha. O primeiro vinho Canônico veio da Vinícola Salton, sendo criado por solicitação do vigário da igreja de Santo Antônio, localizada em frente à antiga sede da vinícola, situada no atual centro da cidade de Bento Gonçalves, (RS). O vinho faz parte do ritual das missas católicas. No Antigo Testamento, lê-se que “o vinho que embriaga é sinal do Reino de Deus”. A associação entre vinho-região católica deu suporte a expansão da vitivinicultura no Brasil e outras colônias das Américas. Dessa forma, começa a ser escrito a história da vitivinicultura moderna na região Serrana do Rio Grande do Sul. Coube aos imigrantes italianos construir e desenvolver essa vitivinicultura dinâmica, colocando o Brasil entre os atores produtivos mundiais.

Os imigrantes alemães desenvolvem a vitivinicultura avançada nos vales dos rios, notadamente no do Rio Sinos (RS). Além disso, nos vales dos rios Tijucas e Itajaí (SC), onde, embora seja legítimo considerar a existência dessa atividade agroindustrial, não há registros documentais oficiais de vitivinicultura praticada pelos alemães, e sim pelos italianos, que chegaram ali cinquenta anos depois.

Quanto ao atual cenário e perspectivas da vitivinicultura catarinense, se identificam regiões secundárias com diferentes níveis de consolidação, desde áreas tradicionais, como o Litoral Sul, que não evoluiu como a região consolidada da Serra Gaúcha, até a do Planalto Catarinense, em franca ascensão. Nesta região, registra-se a presença de empreendedores descendentes dos imigrantes italianos e alemães, como exemplo dos investimentos pioneiros da família germânica Weege, dona da Malwee Malhas, com a construção da vinícola Pericó, em São Joaquim. A região do Planalto Catarinense queimou etapas que a região central ou consolidada da Serra Gaúcha já havia ultrapassado ao longo de décadas. Isso permite encurtar tempo, economizar investimentos, reduzindo custos e otimizando a produção. Além disso, a exemplo da Serra Gaúcha, essas regiões secundárias buscam desenvolver o enoturismo.

O Litoral Sul Catarinense (SC) é a região que possui a maior tradição na vitivinicultura do estado, onde os imigrantes italianos não encontraram uma cepa que se adaptasse às condições ambientais locais mais quente e chuvosa, do que a região do planalto catarinense e muito propício a pragas, fungos e ação de insetos, como as formigas. Deprimidos pela falta do vinho, coube ao emissário do governo italiano Giuseppe Caruso McDonald trazer a boa nova para solucionar o problema: a introdução da resistente cepa Goethe. Os italianos desenvolveram e disseminaram seu cultivo no sistema de latada no início de século XX, o que permanece até a atualidade, seguindo o ciclo tradicional de única vindima. Esse sistema de condução é muito antigo e pouco utilizado na viticultura moder-

na, pois forma uma espécie de cobertura ou chapéu, que abafa as vinhas e seus cachos.

O cultivo da Goethe constitui caso único de produção viticultora regional dominada por uma única cepa. Isso lhe valeu o selo de uma IP, Indicação de Procedência, em 2012. Sua produção, porém, vem evoluindo para os vinhos finos, com destaque para os espumantes.

Aqui temos um clássico exemplo do impacto negativo da ação do Estado na era Vargas. Se, por um lado, o então Presidente Getúlio Vargas deu visibilidade ao vinho da região, introduzindo-o no Palácio do Catete, por outro, sua decisão de explorar as minas de carvão de diversos municípios que compõem a região para alimentar a usina siderúrgica CSN, tais como Criciúma, Urussanga dentre outros, provocou um grande retrocesso no desenvolvimento vitivinícola. As terras com vinhedos foram vendidas para nova atividade. O subsolo tornou-se, economicamente, mais importante e lucrativo do que o solo. Verifica-se, porém, uma retomada dos investimentos na produção vitivinícola, resgatando a tradição da uva Goethe, sempre conduzida pelo sistema de latada. Recentemente, algumas vinícolas experimentam os cultivos de *Vitis vinifera* Merlot e Cabernet Sauvignon. O problema repousa no *terroir* pouco favorável, devido ao intenso calor. Talvez, o emprego da técnica revolucionária da dupla poda, criada no Brasil, pelo pesquisador PhD em Viticultura pela Universidade de Bordeaux, Murilo de Albuquerque Regina, que se vale exclusivamente das estações secas e com temperaturas mais baixas de outono/inverno para obter o ciclo fenológico completo, possa dar resultados positivos.

Quanto ao enoturismo, Urussanga surge como o portal de entrada regional. Fundada em 1878, representa um dos mais autênticos polos de imigração italiana em Santa Catarina. Para resgatar sua importância histórica, a prefeitura lançou o projeto educacional 'Goethinho' junto às escolas. A cidade possui várias cantinas e vinícolas abertas à visita.

No Planalto Catarinense (SC), após o ano 2000, marcou-se o surgimento de novas e modernas áreas vitivinícolas no Brasil. Dentre elas, destaca-se a região dos vinhos de altitude de Santa Catarina, entre 900 e 1.400 m, situando-se nas maiores altitudes das regiões produtoras de vinho do Sul do Brasil, sobretudo nas regiões de São Joaquim, Caçador e Campos Novos. A região, que apresenta uma área descontínua entre o Meio Oeste, Vale do Rio Peixe e Planalto Sul Catarinense, é a quarta produtora nacional de vinhos finos, notadamente em áreas novas de altitude. O destaque fica por conta do Vale do Rio Peixe, abrangendo os municípios de Videira, Tangará, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Rio das Antas, Iomerê, Fraiburgo e Caçador, sendo responsável por cerca de 80% da produção vitivinícola em Santa Catarina, na sua maioria de vinho de mesa simples, onde o padrão de cultivo tradicional com uma única colheita se assemelha ao modelo praticado na Serra Gaúcha.

Seu clima subtropical é o mais apropriado para a viticultura no Brasil, com ciclo fenológico tradicional, abrangendo as quatro estações bem definidas. Nesse mesmo clima, cerca de 90% dos vinhos finos do país é produzido na Serra Gaúcha, mas suas áreas contíguas de Campos de Cima da Serra (RS) e do Planalto Catarinense, vêm desenvolvendo a vitivinicultura moderna e de qualidade, favorecidas pela combinação mais radical entre latitude/altitude. Quanto à sua localização, para Gaioli (2020) a radiação solar para essas regiões de latitudes médias, 25° sul, é influenciada por camadas atmosféricas com menor espessura em relação às regiões de maiores latitudes e tropicais. O sol aparece também, durante o verão, em posição mais elevada nos meses de maturação das uvas. Essa situação proporciona aos vinhedos uma radiação solar com maior intensidade, uma qualidade de raios, considerada importante à maturação das uvas.

Além de sua atividade vitivinícola ser recente, o Planalto Catarinense se caracteriza por ser resultado de investidores com vocação empreendedora despertada para o setor vitivinícola a partir de iniciativa indi-

vidual. A experiência vitivinícola catarinense apresenta, na quase totalidade dos empreendimentos, a figura do empresário enófilo, que aplica recursos próprios, oriundos de seus negócios principais (Dardeau, 2015). Esses novos empresários, pioneiros do setor vitivinícola de altitude, estão também ligados a distintos setores, tais como têxtil, fruticultura, cerâmico, comunicação, indústria madeireira e agropecuária. Alguns são externos à região onde se instalaram, dentre eles os gaúchos, por acreditarem estar diante de um negócio atraente e com perspectivas de êxito financeiro.

A possibilidade de diversificação da atividade e de reinvestimento de capital, a proximidade dos centros de excelência em pesquisas localizados na cidade de Bento Gonçalves (RS) – curso técnico, graduação, de pós graduação em Enologia, Embrapa Uva e Vinho - e a formação de capital humano da Serra Gaúcha e do maior mercado consumidor representado pelo Rio Grande do Sul, seguido de São Paulo e Rio de Janeiro, a presença de infraestrutura industrial e a reestruturação produtiva de antigas empresas vitícolas preexistentes constituem uma sinergia para atrair investimentos ao setor. Em Urupema (SC), foi criado o curso de graduação em Enologia, que permite a formação de mão de obra qualificada. Vinícolas localizadas em São Joaquim, Urupema, Campo Belo do Sul, Água Doce, Treze Tílias, Tangará e Videira oferecem serviços no enoturismo. Investimentos em infraestrutura e mão de obra qualificada são os principais entraves para o desenvolvimento dessa atividade (Allebrandt et al., 2016).

Com a globalização e o acirramento da concorrência, surge a estratégia da implementação dos selos das IGS - Indicações Geográficas. Sobre as características e o significado do reconhecimento oficial das IGS de vinhos brasileiros, ressalta a Embrapa (2022) que as IGS identificam vinhos originários de uma área geográfica delimitada quando determinada qualidade, reputação ou outra característica são essencialmente atribuídas a essa origem específica. No Brasil, existem duas modalidades de Indicações Geográficas: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). A

IP se aplica às regiões que se tornaram reconhecidas na produção de vinhos. Já na DO, os vinhos apresentam qualidades ou características que se devem essencialmente ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e os humanos [...] No início dos anos 1990, a Embrapa Uva e Vinho foi pioneira no Brasil ao disseminar, estimular e dar o suporte técnico e científico aos produtores de vinhos na estruturação, bem como na conquista do registro de Indicação Geográfica, que é chancelada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com base na Lei da Propriedade Industrial brasileira e outras normativas legais.

Na década de 90, o enfrentamento da concorrência comercial internacional mobilizou a classe produtora de uvas e vinhos no sentido de buscar novas estratégias, começando pela criação de associações de produtores regionais. Assim, em 1995, nasceu a Aprovale para organizar e fortalecer os produtores do Vale dos Vinhedos e com o objetivo de criar a primeira IG – Indicação Geográfica de uvas e vinhos do Brasil. O trabalho conjunto da Aprovale com especialistas da Embrapa Uva e Vinho conquistou o primeiro reconhecimento de um Indicação Geográfica de vinhos do Brasil. Nascia assim a IP – Indicação de Procedência – Vale dos Vinhedos. Dessa forma, antes de adquirir o atual reconhecimento oficial de uma DO – Denominação de Origem, o Vale dos Vinhedos foi uma IP – Indicação de Procedência. Essas conquistas serviram como referência para que outras áreas se organizassem na busca da implementação de novas IPs.

Além das conquistas das IPs, com a criação dessas associações, os produtores obtiveram maior poder de intervenção junto ao Estado, financiamentos de instituições privadas, ganhos político-ambientais, entre outros. No coletivo, os produtores são mais fortes, tendo maior poder de ver atendidas suas demandas, trabalhando pelo bem comum na atividade vitivinícola através de reuniões periódicas, troca de experiências, eleição de diretoria rotativa, entre outros. Uma dessas demandas passa pela criação oficial da IG (Indicação Geográfica) através da IP (Indicação de Procedência).

Sem o surgimento dessas associações seria muito difícil torná-las factíveis.

Após o reconhecimento, um conselho regulador se faz necessário para fazer o controle e fiscalização dos

padrões exigidos pela normativa das IP e Do. As doze Associações existentes e suas respectivas indicações geográficas são representadas no mapa da Embrapa, vide (Figura 6).

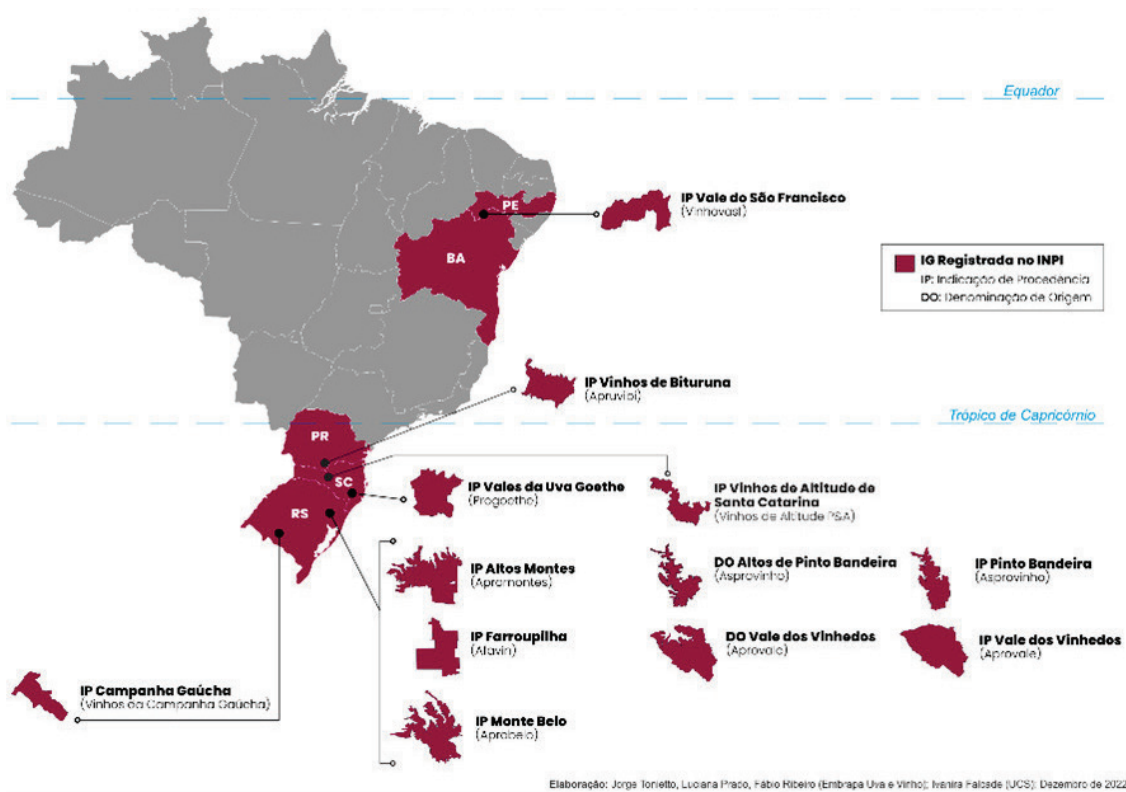


FIGURA 6. IGS de vinhos do Brasil e Associações de Produtores

FONTE: Embrapa Uva e Vinho. Dezembro de 2022.

A parceria e o apoio de Instituições de Pesquisas, tais quais a Embrapa, Universidades e instituições afins, tornam-se fundamentais para obter o êxito.

No campo econômico e de marketing, essas conquistas representam o reconhecimento do padrão de qualidade alcançado em diversas regiões produtoras dentro de suas especificidades físicas e histórico-culturais: o *terroir*. As indicações geográficas são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas agregam valor ao produto, permitindo estabelecer um diferencial competitivo, frente aos concorrentes, possibilitando a organização produtiva e a promoção turística e cultural da região. As IGS projetam uma imagem associada à qualidade, reputação e identidade do produto ou serviço. Assim, o registro pode conferir maior com-

petitividade nos mercados nacional e internacional, melhorando a comercialização dos produtos ou a oferta dos serviços. Além disso, o registro ajuda a evitar o uso indevido por produtores instalados fora da região geográfica demarcada (Giesbrecht & Minas, 2016).

Dessa maneira, consumidores tornam-se cientes e seguros sobre as características de qualidade dos vinhos que estão adquirindo. Assim, estamos diante do fortalecimento da identidade dos vinhos elaborados por cada região como se fossem patrimônio cultural regional. Isso estimula também a atividade do enoturismo.

Em contrapartida, fatos recentes macularam a reputação da DO Serra Gaúcha, sendo descoberta a utilização de empregados terceirizados com trabalho análogo ao dos escravizados na Região Serrana em três grandes vinícolas, todas de origem italiana: Salton, Ga-

ribaldi e Aurora. Este caso teve repercussão nacional. As três vinícolas contrataram o serviço das empresas Fênix Serviços de Apoio Administrativos e Oliveira & Santana que trouxeram mais de duzentos trabalhadores do estado da Bahia para a vindima, dentre os quais 95% se declararam negros. Assim, foram corresponsáveis. Deve-se ressaltar que a recente flexibilização das leis trabalhistas brasileiras contribuiu e legitimou a terceirização com crescente precarização do trabalho, contribuindo para o recrudescimento da mais valia.

As três vinícolas pagaram multas, deflagaram demissões de gestores administrativos, pediram desculpas oficiais, realizaram pagamentos aos trabalhadores à título de indenização, por danos morais coletivos, ofereceram cursos sobre leis trabalhistas e aprimoraram a fiscalização da cadeia produtiva. Constatou-se, porém, a contradição no fato de certas vinícolas de descendentes de imigrantes livres no passado usarem trabalhadores no regime de trabalho análogo ao da escravidão em tempos atuais sob a égide do neoliberalismo que, mundialmente, tornou a precarização do trabalho algo usual, legitimando a superexploração da mão de obra. Acrescente-se a isso o fato de, contraditoriamente, as vinícolas Aurora e Garibaldi terem nascidas como uma das primeiras cooperativas vitivinícolas do Brasil, nas quais seus cooperativados são respeitados como parte integrante e imprescindível da produção. Apesar de as Cooperativa Aurora empregar formalmente 1100 famílias e a Garibaldi cerca de 350, sendo responsáveis pela manutenção de pequenas e médias propriedades agrícolas na Serra Gaúcha, dando apoio técnico aos produtores locais, macularam suas trajetórias com tal episódio de exploração ilegal desses trabalhadores braçais.

Apesar desses percalços, na Serra Gaúcha, a indicação geográfica permanece sendo uma estratégia comercial regional, vide a criação local, em 2022, da Do Altos de Pinto Bandeira, para espumantes, visando sempre estabelecer um padrão de qualidade, cujo ponto de partida é o nome geográfico, ou seja, o nome de um lugar ou feição sobre a superfície da Terra. Um topônimo que, além de identificar lugares e feições,

relaciona, o homem ao seu ambiente. Caracteriza-se como um conjunto étnico, etimológico, histórico, referenciado geograficamente e inserido num contexto temporal (IBGE, 2011).

Quanto ao Estado de Santa Catarina, a primeira Indicação de Procedência a obter o registro oficial, em 2012, foi a do Vales da Uva Goethe. A área de produção localiza-se entre as encostas da Serra Geral e o litoral Sul Catarinense. Os produtos na IP são o vinho branco e o vinho leve branco – seco, suave ou *demi-sec*, o espumante – *brut* ou *demi-sec* e o vinho licoroso.

A área geográfica delimitada da IP é formada pelos municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Treze de maio, Orleans, Nova Veneza e Içara, localizados no estado de Santa Catarina, onde os vinhos são elaborados. Dentro dessa delimitação, existe uma área chamada Vales da Uva Goethe, com 458,9 km², localizada nas bacias dos Rios Urussanga e Rio Tubarão, nas quais deve ser produzida a uva utilizada na elaboração dos produtos da IP Vales da Uva Goethe (Figura 7). A elaboração dos vinhos da IP se dá exclusivamente com uvas dessa variedade (originalmente designada como “Roger’s 01”, a Goethe foi criada nos EUA no século XIX a partir do cruzamento entre as variedades Moscato de Hamburgo e Carter) e seus clones, como Goethe Primo (mutação da Goethe, ocorrida em Urussanga, na década de 1950.

Os vinhedos são tradicionalmente cultivados e conduzidos no sistema de latadas, existindo limites máximos de produtividade, associados à qualidade dos produtos. Os vinhos são elaborados e engarrafados, essencialmente na área geográfica delimitada. Os espumantes podem ser elaborados tanto pelo método tradicional *champenoise* francês, no qual a segunda fermentação é realizada na garrafa, como também o *charmat* com tecnologia italiana com a segunda fermentação em cuba inox. Os produtos são autorizados para comercialização somente após terem sido submetidos aos controles do conselho regulador da IP, garantindo a conformidade da produção em relação aos requisitos estabelecidos no Regulamento de Uso.

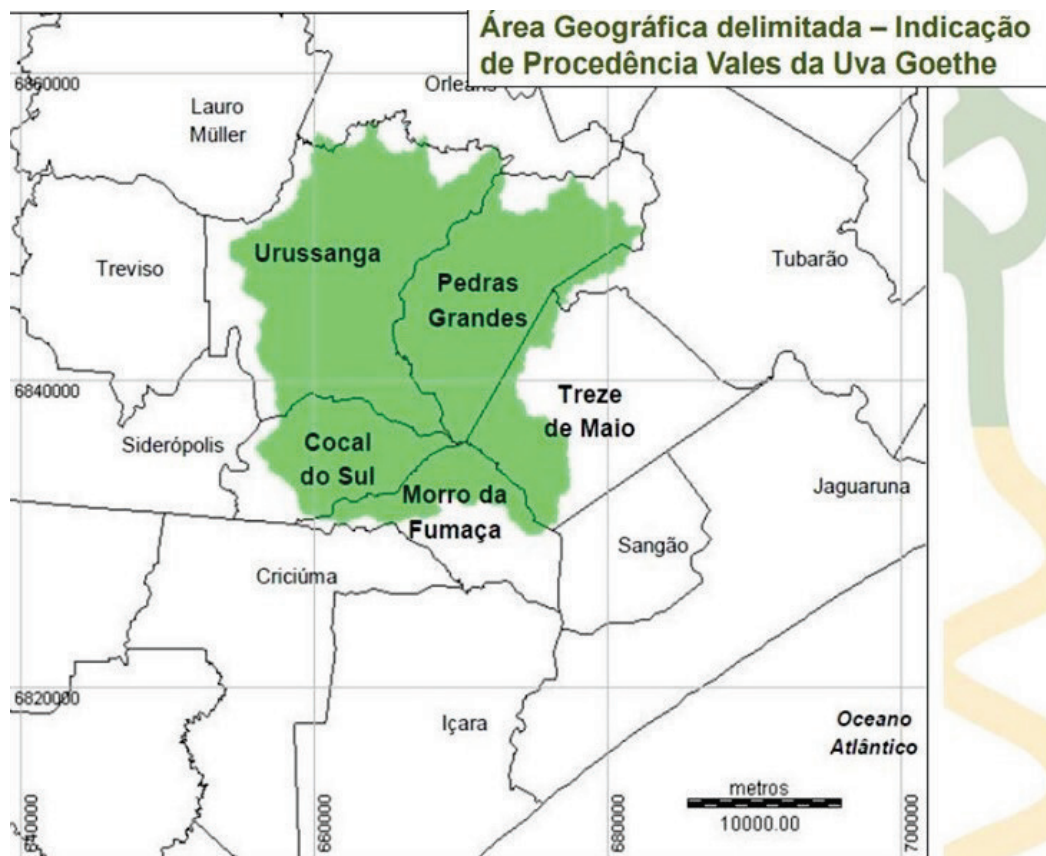


FIGURA 7. Área delimitada para a IP Vale da Uva Goethe (sc)

FONTE: Embrapa Uva e Vinho. (2012).

Cada garrafa de vinho da IP Vales da Uva Goethe possui um selo de controle numerado, possibilitando a rastreabilidade dos produtos.

No caso da IP dos Vinhos de Altitude de Santa Catarina, em curto espaço de tempo, diversos investimentos resultaram na implantação de uma viticultura moderna e produtiva no Planalto Catarinense, além de vinícolas estruturadas para a produção de vinhos finos de qualidade. O clima subtropical – o mais frio do Brasil – determina um ciclo mais longo da videira, com a colheita mais tardia das uvas em relação às demais regiões produtoras de vinhos finos do Sul do Brasil, elaborando vinhos originais e de excelente qualidade.

A região produz vinhos finos tranquilos e, nos últimos anos, tem ampliado a produção de espumantes finos. Para promover os vinhos de altitude de Santa Catarina, os produtores possuem uma marca coletiva para os vinhos dessa origem.

O conjunto de trabalhos desenvolvidos pela então ACAVITIS - Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude - para a marca coletiva dos vinhos de altitude de Santa Catarina, numa parceria da Embrapa Uva e Vinho, Epagri, UFSC e Sebrae, gerou importantes avanços que culminaram com a demanda vitoriosa dos produtores para a estruturação de uma indicação geográfica para os vinhos finos produzidos na região, fortalecendo a marca coletiva para os vinhos de altitude de Santa Catarina, mas também estruturando a primeira Indicação de Procedência para os vinhos finos tranquilos e espumantes de altitude do Estado.

Além da colaboração das instituições supracitadas, as ações foram coordenadas em articulação com a associação de produtores, representados pela Vinho de Altitude – Produtores & Associados, acrescentando que também cooperaram instituições como a UFSC, UDESC, UFRGS e UCS. Vide mapas (Figuras 8 e 9).

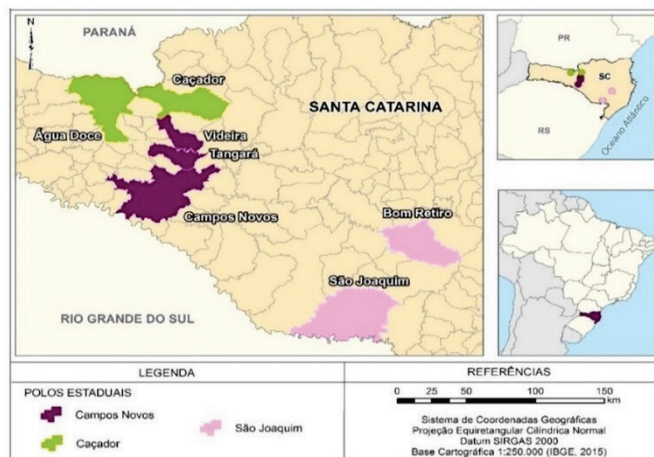


FIGURA 8. IP Vinhos de Altitude de Santa Catarina.

FONTE: Elaboração própria. 12 de junho de 2023.

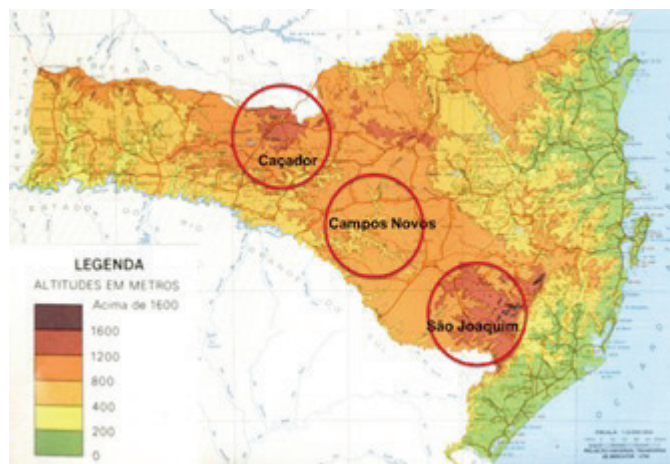


FIGURA 9. Localização dos três polos iniciais de produção de uvas de altitude em Santa Catarina. 13 de setembro de 2018.

FONTE: Rosier (2018).

A área geográfica da IG Santa Catarina abrange 29 municípios que correspondem a 20% do território do estado catarinense. São eles: Água Doce, Anitápolis, Arroio Trinta, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Brunópolis, Caçador, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Lages, Macieira, Paineira, Pinheiro Preto, Rancho Queimado, Rio das Antas, Salto Veloso, São Joaquim, São José do Cerrito, Tangará, Treze Tílias, Urubici, Urupema, Vargem Bonita e Videira.

Nesse processo, verifica-se também o movimento pela criação de novas associações de produtores vitivinícolas e futuras IPs como as de Vinho de Inverno

de Minas Gerais e da Serra Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

As antigas e novas áreas produtoras de uva e vinho estão-se expandindo por distintos *terroirs* de regiões brasileiras, nas áreas de clima tropical semiárido do Vale Submédio do São Francisco, na Região Nordeste como nas de tropical de altitude onde se pratica a dupla poda, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Essa expansão está associada à diáspora gaúcha, incluindo os vitivinicultores da Serra Gaúcha, desde meados do século passado, tanto como novos empreendedores, empregando capital privado, como de mão de obra especializada. Estima-se que mais de um milhão e

duzentos mil gaúchos, além de seus descendentes, vivem, hoje, fora do Rio Grande do Sul. Esse número supera em muito o do êxodo da população, seja individualmente seja no conjunto, dos nove estados da Região Nordeste, tradicionalmente considerado o principal polo de migração inter-regional. Pode-se dizer que um de cada nove gaúchos vive fora da terra que o viu nascer (Simon, 2009). Nesse contexto, percebe-se a relevância da migração interna representada pela diáspora gaúcha.

Os gaúchos também são atores econômicos do agronegócio nos países vizinhos: Paraguai, Uruguai e Bolívia, dinamizando, principalmente, a sojicultura local. Assim, se o século XIX representou a imigração de alemães e italianos para o sul do Brasil, nos séculos XX e XXI ocorre o processo de migração interna de seus descendentes, tanto intraestadual como inter-regional, com impacto na expansão e modernização do agronegócio, com destaque para a atividade da agroindústria vitivinícola (Figura 10).



FIGURA 10. Mapa das áreas vitivinícolas do Brasil Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA. 10 DE JUNHO DE 2023.

Conclusão

Quando se trata das origens e da história da vitivinicultura no Brasil, sua expansão e modernização, o olhar volta-se, quase que exclusivamente, para a Região da Serra Gaúcha, com franca predominância da colonização italiana. Assim, o resgate da contribuição do trabalho germânico torna-se relevante para reconhecer, criticamente, sua inclusão na construção da narrativa histórica na produção vitivinícola nacional, resgatando as glórias da força transformadora desses espaços produtivos por meio, também, da mão de obra do imigrante alemão.

No Rio Grande do Sul, constataram-se iniciativas descontínuas de produtores germânicos na atividade vitivinícola, além de sua solidariedade e ajuda aos seus companheiros italianos do continente europeu, que chegaram cinquenta anos depois, fornecendo-lhes desde bacelos de vinhas, viveres, ferramentas, até pousada provisória. Havia um respeito mútuo diante da convergência das condições objetivas e subjetivas desses imigrantes europeus não-ibéricos recém-chegados para fazer a América.

O Litoral Sul de Santa Catarina, região de maior tradição vitivinícola italiana estadual, retoma sua identidade cultural ligada à produção de uvas e vinhos da variedade Goethe, conquistando a primeira IP estadual, cuja estratégia agrega valor ao produto, permitindo estabelecer um diferencial competitivo. O Planalto Catarinense, com presença de descendentes de imigrantes italianos e alemães, pratica uma vitivinicultura moderna e diversificada, cultivando dezenas de uvas europeias *Vitis vinifera* e produzindo vinhos finos. Recentemente, produtores conquistaram a segunda IP denominada Vinhos de Altitude Catarinense. O capital empregado tem origem em empreendedores enófilos que atuam em outras atividades da economia e que enxergam na vitivinicultura um retorno seguro aos seus investimentos através da reprodução do capital. Esse é o caso da criação da

Vinícola Pericó, situada em São Joaquim, pertencente ao grupo têxtil Malwee, de origem germânica.

No quadro atual, na vitivinicultura catarinense, verifica-se uma realidade favorável à sua manutenção e desenvolvimento que tem um efeito multiplicador, repercutindo nos setores de atividades econômicas secundário e terciário, como enoturismo, comércio e indústrias complementares.

Quanto à criação das indicações geográficas de vinhos no Brasil verificou-se ser algo recente, tendo início no final do século passado. A expansão das IGS no mundo do vinho se deve à iniciativa pioneira dos produtores do Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves, (RS) após a criação e luta da APROVALE - Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos - com o apoio científico da Embrapa Uva e Vinho. Assim, conquistou-se a primeira IP VALE dos Vinhedos, que evoluiu para a criação da primeira DO de vinhos do Brasil, servindo como referência para o êxito da criação de novas IPs dos demais produtores de vinhos nacionais, das quais duas localizadas em Santa Catarina. Atualmente, foram criadas oficialmente dez IPs e duas DOS, sempre com apoio da Embrapa e Instituições de Pesquisas.

As antigas e novas áreas produtoras de uva e vinho estão-se expandindo por distintos *terroirs* de regiões brasileiras nas áreas da Campanha Gaúcha, Serra de Sudeste e Campos de Cima da Serra, que constituem a periferia imediata da Serra Gaúcha, nas de clima tropical semiárido do Vale Submédio do São Francisco, na Região Nordeste como nas de tropical de altitude, onde se pratica a dupla poda, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Essa capilaridade está associada à diáspora gaúcha dos descendentes dos imigrantes germânicos e, principalmente, italianos, constituindo novos empreendedores, empregando capital privado, mão de obra especializada, como enólogos, consultores e profissionais de apoio técnico-científico.

No Brasil, começa a ser escrita a história da vitivinicultura moderna na região serrana do Rio Grande

do Sul, porém o resgate da importante contribuição dos alemães precisa ser reconhecido, cabendo aos imigrantes italianos o mérito de dinamizar, expandir e desenvolver a qualidade da vitivinicultura brasileira, a partir da região concentrada da Serra Gaúcha, colocando o Brasil entre os atores produtivos – *players* – mundiais.

Conflitos de interesse. Os autores não têm conflitos de interesse na redação ou publicação deste artigo.

Financiamento. Os autores não receberam financiamento para a redação ou publicação deste artigo.

Implicações éticas. Por se tratar de uma revisão, este artigo não tem implicações éticas.

Contribuição. *Fernando Cesar Barros da Gama:* Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de recursos, pesquisa, metodologia, gerenciamento de projetos, recursos, software, supervisão, validação, visualização, redação (rascunho original), redação (revisão e revisão/correção do rascunho).

Referências

- Allebrandt, R., Bem, B. P. de., Marcon, F. J. L., Outemane, M. V., Rufato, L. & Würz, D. A. (2016). Diagnóstico do enoturismo na região dos vinhos de altitude de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Viticultura e Enologia*. Ano 8. n.8. set, p132.- 138.
- Arbex, J. J. & Olic, N. B. (1997). *A hora do sul*. Moderna.
- Bellé, S., Medeiros R. M. V., Tonini, H. (2021). Paisagem cultural vitícola da Serra Gaúcha: reflexões sobre patrimônio e turismo. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 07, ed. especial, set.
- Blogoslawski, I. P. R. (2000). A escola alemã no alto vale do Itajaí: colônia Matador, Bella Alliança - 1892-1930. Tese de mestrado. UFSC
- Cabral, C. (2007). Presença do vinho no Brasil - um pouco de história. 2ª ed. Editora Cultura.
- Dardeau, R. (2015). *Vinho fino brasileiro*. Editora Mauad X.
- Dardeau, R. (2020). *Gente, lugares e vinhos do Brasil*. Editora Mauad X.
- Editora Educa Books. 2018. *Terroir. Dictionnaire le Robert micro*.
- Embrapa. (2023). Indicações geográficas de vinhos do Brasil. <https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/indicacoes-geograficas-de-vinhos-do-brasil>.
- Gaioli, O. (2019). Como altitude influencia os vinhedos do Brasil. https://revistaadega.uol.com.br/artigo/como-altitude-influencia-os-vinhedos-do-brasil_11989.html.
- Gama, F. (2014). *Globalização e fragmentação: do vinho boutique ao vinho shopping center*. H.P. Comunicação Editora.
- Gama, F. (2018). *Coletâneas e colheitas. pensando as uvas e os vinhos com um olhar geográfico*. H.P. Comunicação Editora.
- Gama, F. (2021). *A nova geografia da produção de uvas e vinhos no Brasil*. Editora Lux.
- Gama, F. (2018). A nova geografia da produção vitivinícola do Brasil: concentração e desconcentração espacial. *Revista Brasileira de Viticultura e Enologia*, n.10, p.156-165.
- Giesbrecht, H. O. & Minas, R. B. A. (2016). *Indicações geográficas brasileiras: vinho*. 2. ed. Sebrae, INPI.
- Giovannini, E. & Manfroi, V. (2009). *Viticultura e enologia na elaboração de grandes vinhos nos terroirs brasileiros*. IFRS.
- IBGE. *Índice de nomes geográficos*. (2011). ibge.gov.br/geociencias/metodos-e-outros-documentos-de-referencia/revista-e-manuais-tecnicos/16478-indice-de-nomes-geograficos-volume-1-bcim.html.
- Johnson, H. & Robinson, J. (2014). *Atlas mundial do vinho*. 7a. Ed. Editora Globo Estilo.
- Mello, C. E. C. (2004). *Presença do vinho no Brasil: um pouco de história*. Editora de Cultura.
- Pizzol, R. & Souza, S. (2014). *Memórias do vinho gaúcho*. Vol 1 Ed. AGE.
- Pizzol, R. & Souza, S. (2014). *Memórias do vinho gaúcho*. Vol 3. Editora AGE.
- Pombo, R. (1959) *A história do Brasil: descobrimento e colonização*. Vol. 1. Jakson.
- Rockenbach P.J. (2013). *A saga da família Rockenbach - do século XVII ao Século XXI*. Editora Oikos.
- Rosenthal, N. I. (2009). *Vinhos de boutique: artesanais, raros e tradicionais*. Editora Larousse.
- Rosier, J. P. (2018). *A viticultura de altitude no planalto catarinense. Territoires du vin, Chair Culture and Traditions of Wine*, University of Burgundy. Unesco.
- Santos, M. (2020). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo,

Schwarz, M. D. (2019). Imigração alemã no Brasil. <https://www.familiaschwarz.com.br/post/imigra%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-brasil>

Simon, P. A. (2009). Diáspora do povo gaúcho. Gráfica Senado Federal.

Sodré, N. W. (1957). O Tratado do Methuen. Editora do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Woortmann, E. F. (2000). Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. Horizontes Antropológicos.